

139 famílias apoiadas em Alfândega da Fé, Celorico da Beira, Mondim de Basto e Vila Pouca de Aguiar no âmbito do 1.º Direito

O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) assinou esta semana quatro Acordos de Colaboração com os municípios de Alfândega da Fé, Celorico da Beira, Mondim de Basto e Vila Pouca de Aguiar para as respetivas Estratégias Locais de Habitação no âmbito do Programa 1º Direito.

Os acordos assinados esta semana permitirão dar resposta a 139 famílias (40 em Alfândega da Fé, 17 em Celorico da Beira, 21 em Mondim de Basto e 61 em Vila Pouca de Aguiar) a viver em situações indignas de Habitação, aos quais acrescem 271 agregados (100 em Alfândega da Fé, 48 em Celorico da Beira, 31 em Mondim de Basto e 92 em Vila Pouca de Aguiar) a salvaguardar junto dos beneficiários diretos.

Em Alfândega da Fé, o investimento global feito pelo IHRU será de 2,63 milhões de euros, dos quais 1,25 milhões são apoio a fundo perdido. No caso de Celorico da Beira, o valor global do investimento é de 1,04 milhões de euros, sendo 838 mil euros a fundo perdido. Em Mondim de Basto, o investimento do IHRU será de 1,31 milhões de euros, dos quais 804 mil a fundo perdido. Em Vila Pouca de Aguiar, serão 1,6 milhões de euros de investimento, dos quais 804 mil a fundo perdido.

As modalidades de soluções habitacionais previstas passam por: arrendamento de habitação para subarrendamento, reabilitação de frações ou de prédios habitacionais, construção de prédios ou empreendimentos habitacionais e aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação.

As cerimónias de homologação, que decorreram online, contaram com a intervenção da secretária de Estado da Habitação, Marina Gonçalves, e do secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local, Jorge Botelho.

Marina Gonçalves destacou o trabalho que está a ser feito pelos municípios e lembrou que durante décadas “o investimento público direto foi sendo secundarizado” e que “nunca houve uma estratégia articulada e que assentasse num parque habitacional público”. O objetivo destes programas de apoio à Habitação, como o 1º Direito, passam “desde logo por fixar população nestes territórios de baixa densidade”, mas também “atrair os jovens e menos jovens para viverem aqui”, disse a Secretária de Estado. Para os dois objetivos “é preciso habitação digna”, sustentou.

Mais uma vez, Marina Gonçalves lembrou que o investimento previsto nestes acordos por parte do IHRU pode atingir os 100% a fundo perdido “para as casas entregues às famílias até 2026”, fruto do financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência.

Por seu lado, o secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local lembrou que o 1º Direito está a permitir “mapear a situação nacional através das necessidades de Habitação identificadas em cada município” e congratulou os autarcas por “estarem a conseguir concretizar no terreno o que prometeram nos seus compromissos eleitorais”.

Com Alfândega da Fé, Celorico da Beira, Mondim de Basto e Vila Pouca de Aguiar são já 38 municípios com Estratégia Local de Habitação assinada no âmbito do Programa 1º Direito.

15 de abril de 2021

Integrado na Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), o programa 1.º Direito visa a promoção de soluções habitacionais para as famílias mais carenciadas e sem alternativa habitacional.”

Lisboa, 15 de abril de 2021